



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682553 - SP (2021/0233696-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : ARTUR LUIZ TEIXEIRA
ADVOGADO : ARTUR LUIZ TEIXEIRA - SP273474
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : F DA S B (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de F DA S B em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0018737-56.2015.8.26.0477).

O paciente foi condenado à pena de 9 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, por infração ao art. 217-A, §1º, por diversas vezes, c/c art. 71, *caput*, ambos do Código Penal.

O impetrante defende a desclassificação do crime de estupro de vulnerável para o de importunação sexual (art. 215-A do CP), argumentando que "jamais houve conjunção carnal entre o paciente e a vítima. Isso, o paciente foi condenado nos termos acima por ter praticado atos libidinosos (beijos e carícias sobre a roupa) na vítima" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a desclassificação do delito, nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado depreende-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da condenação do paciente e da pena que lhe foi cominada, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 21-23):

As demais testemunhas nada elucidaram sobre os fatos (mídia).

O documento de fl. 220 atesta que a ofendida é portadora de retardo mental leve, apresentando surtos psicóticos.

Pelas declarações firmes, seguras e coerentes da vítima, por não ter qualquer motivo para acusar gratuitamente o acusado, e, principalmente, por ter se submetido à humilhação de expor sua intimidade, em Juízo, não há qualquer dúvida de que o réu foi o autor do crime previsto no art. 217-A, par. 1º, do Código Penal.

A jurisprudência, nos casos de crimes contra os costumes, que sempre ocorrem na ausência de testemunhas, há muito se solidificou no sentido de que a palavra da vítima é a peça principal para formar

a convicção do julgador.

Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

“A palavra da vítima representa viga mestra da estrutura probatória e a sua acusação firme e segura, em consonância com as demais provas, autoriza a condenação” (TJDF, Ap. 10.389, DJU 15.5.90, p. 9859; Ap. 13.087, DJU 22.9.93, pp. 39109-10, in RBCCr 4/176; TJMG, JM 128/367).

Com efeito, o delito em espécie causa traumas irreversíveis nas vítimas, que acabam por carregar o pesado fardo, por toda a sua vida.

Não é possível a absolvição, como sugere a D. Procuradoria, sob o fundamento de que a conduta se subsume ao art. 215-A do Código Penal, uma vez que a importunação sexual é tipo penal subsidiário, ou seja, só tem aplicação quando a conduta delitiva não constituir crime mais grave.

Optou o legislador por tutelar a dignidade sexual dos vulneráveis, de forma ampla, com presunção de violência, e em capítulo próprio. Portanto, o apelante restou corretamente incurso no art. 217-A, par. 1º, por várias vezes, nos termos do art. 71, caput, do Código Penal.

Não há como afastar o crime continuado, como pretende a Defesa, uma vez que os fatos ocorreram durante de três meses.

Assim, a pena foi corretamente fixada e se afigura suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

O regime inicial é mesmo o fechado, nos termos do art. 33, par.2º, “a”, do Código Penal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência